

Ensino universitário de boa qualidade é um bem cada vez menos acessível aos pobres, como demonstram os levantamentos do perfil socioeconômico dos calouros da Universidade de São Paulo. A proporção dos que estudaram em escolas públicas despencou de três para apenas um quinto em vinte anos. Entre os alunos da rede pública que conseguem chegar à educação superior é cada vez maior o contingente dos condenados a pagar mensalidades em faculdades particulares, onde o ensino é pior e o diploma muito menos valorizado.

Essa injusta distorção tende a reservar a universidade brasileira de maior prestígio aos que podem se preparar em estabelecimentos particulares, sejam bons colégios secundários ou cursinhos. E também alimenta uma polêmica das mais bizantinas entre os que querem acabar com o ensino superior gratuito e os defensores do *status quo*. Enquanto isso, continuam sem qualquer chance de se dedicar integralmente aos estudos esses primeiranistas que passaram pela fina peneira da Fuvest apesar de suas humildes origens. Muitos deles enfrentarão jornadas de oito horas no centro da cidade, filas e longas viagens no precário transporte público, para depois, exaustos, comparecerem a aulas noturnas que só terminam às onze da noite. Boa parte acabará desistindo.

Trata-se de um revoltante desperdício. A universidade pública deveria reconhecer o valor desses talentos, investindo pesado nesse estrato mais pobre de seus novos alunos. Oferecer-lhes a possibilidade de não trabalhar e de aproveitar intensamente a vida universitária em bibliotecas, laboratórios, monitorias, atividades esportivas, etc. O que seria possível mediante uma singela bolsa de uns quatrocentos ou quinhentos reais mensais. Menos do que os pais do segmento mais rico dos calouros da USP pagaram aos colégios e cursinhos que frequentaram. Um fundo destinado ao amparo de alunos menos favorecidos e financiado essencialmente pelas contribuições dos mais abastados poderia reduzir essa mazela. Bastaria que a universidade passasse a arrecadar do quinto mais rico o valor das mensalidades que anteriormente destinavam aos colégios particulares que frequentaram.

Se um esquema desse tipo puder se viabilizar, uma abjeta desigualdade de oportunidades será reduzida, sem que o ensino na USP deixe de ser gratuito

para a maioria de seus alunos. Mas é uma proposta que contraria um dos principais dogmas da cantilena corporativista, segundo o qual a defesa da universidade pública exige que o ensino seja gratuito para todos. Não importam as dificuldades que os filhos de trabalhadores de baixa renda enfrentam para concluir cursos noturnos. Não importa a universidade contribuir para perpetuar, se não para ampliar, as desigualdades sociais. Para os corporativistas a situação atual é a que melhor atende os interesses classe média, a quem a USP pertence de fato.

Esses defensores do *status quo* chegam a dizer que não há jovens de alta renda na USP, pois estes estariam em universidades estrangeiras... Um sofisma que não resiste a uma rápida visita aos estacionamentos gratuitos espalhados pelo campus. Durante os períodos matutino e vespertino eles estão sempre abarrotados de carros luxuosos, muitos dos quais caríssimos importados. Nem tanto no período noturno, no qual boa parte dos alunos participa de ferrenhas disputas por carona ou para pegar ônibus, não raro como pingentes.

O doutrinário debate entre o ultra-liberalismo, que prega a necessidade de ensino pago, e o corporativismo, que defende o ensino gratuito para todos, só ajuda a adiar soluções mais racionais e pragmáticas, tão comuns nos países que conseguiram se desenvolver. Nesses países a distribuição de renda não depende apenas de macroestruturas, como a repartição dos ativos, ou de macropolíticas, como o sistema tributário. Resulta também de muitas soluções microinstitucionais geradas pelo amadurecimento de conflitos sobre distorções sociais semelhantes à que está evidenciada nos levantamentos da Fuvest.

É doloroso para um professor perder alunos talentosos que não conseguem acompanhar o curso porque a jornada de trabalho lhes dificulta cruciais atividades extra-aula, como por exemplo a leitura atenciosa da bibliografia adotada. Ainda mais doloroso é depois descobrir que muitos acabam por desistir do curso, enquanto colegas bem medíocres conseguem ser tolerados até a obtenção do diploma. Mas o pior de tudo é aguentar esse grotesco duelo entre ultra-liberais e corporativistas. Ambos nutrem idêntico desprezo pelo número cada vez menor de alunos pobres que conseguem ingressar e continuar na USP.

José Eli da Veiga é professor titular do departamento de economia da FEA/USP.

E-mail: zeeli@usp.br